
Justiça social e comunicação política: estudo de caso sobre opinião pública a partir dos casos de política externa feminista¹.

Gabriela Rabello de Lima²

Université du Québec à Montréal, Montréal, Canadá

Resumo

O presente trabalho visa apresentar de que maneira os artigos de opinião pública sobre o tema de política externa feminista estão repercutindo na compreensão de efetividade dos modelos de políticas públicas para a promoção de igualdade de gênero em diferentes regiões do mundo. A partir desse cenário, sob referencial teórico de justiça social e entendimento da escola de estudos culturais no campo sociopolítico de comunicação, o trabalho utilizará metodologia de análise de conteúdo para verificar quais são os principais discursos, paradigmas e temas presentes neste estudo de caso. Analisou-se o conteúdo de 53 artigos de opinião pública, oportunizando a identificação de um campo emergente e multidisciplinar do assunto.

Palavras-chave

Política Externa Feminista; Teoria Crítica; Análise de conteúdo; opinião pública;

Introdução

Ao trabalhar com o tema de políticas públicas para a igualdade de gênero, compreendemos que este encontra-se diretamente relacionado aos preceitos de justiça social. Entende-se por justiça social o que Fraser (2011) compreende como a união de pautas sobre redistribuição e reconhecimento que, agregados à busca por representação, colaboram para que injustiças possam ser compreendidas no seu aspecto material e simbólico proporcionando uma redução nas assimetrias de gênero. Tendo como este ponto de partida, utiliza-se a autora como referencial teórico principal para compreender como o desenvolvimento de uma teoria política através do estudo de caso proposto colabora para compreender o tema de políticas sociais visando a igualdade de gênero, trabalhando com elementos socioeconômicos que contemplem as especificidades de grupos específicos que permeiam por marcadores interseccionais de gênero, raça e classe, por exemplo.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em comunicação pela faculté de communication da Université du Québec à Montréal (UQAM). E-mail: rabello_de_lima.gabriela@courrier.uqam.ca

Com isso, o presente artigo visa trabalhar estudo de caso sobre os modelos de políticas externas feministas, que vem a ser implementado desde de 2014, por países como Suécia, Noruega, Canadá, México e Espanha para identificar como os atores sociais se articulam para colaborar com os elementos de representação, redistribuição e reconhecimento, através da análise de conteúdo de artigos de opinião. Para isso, pretende-se fazer uma revisão de um corpus literário de 53 obras, com base na metodologia de análise de conteúdo, para compreender como feministas intelectuais e ativistas vêm discutindo o assunto.

Acredita-se que, por mais que este campo tenha avançado na implementação de modelos de políticas públicas visando a igualdade de gênero, este modelo contribui para um modelo feminista liberal que, mesmo trabalhando com pautas que visem a promoção dos direitos das mulheres, esses direitos são segregados por marcadores interseccionais. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019) Essa segregação, segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2018), impede que abarque as especificidades de grande parte das mulheres que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou marginalização, buscando apenas necessidades de direitos civis comparado aos homens.

A partir deste cenário, o artigo inicia com os referenciais teóricos dos estudos críticos feministas e de comunicação política atrelando este último ao estudos de análise de política externa. Primeiramente, apresentará-se como podemos identificar os aspectos de justiça social aliado ao entendimento do campo de representação, redistribuição e reconhecimento para compreender como teóricas feministas pertencentes a teorias críticas colaboram para a compreensão do estudo de caso escolhido. (AGUIAR, 2020; FRASER, 2004, 2011) Após, dialoga-se no artigo, com o entendimento da importância da opinião pública para a formação de políticas sociais e o quanto este campo foi silenciado por práticas de dominação cultural política. (MORIN, 2013) Para ilustrar como esses elementos são podem ser aplicados no estudo de caso escolhido, apresentará-se sucintamente o que vem a ser o fenômeno de política externa feminista e como o mesmo pode ser lido enquanto um instrumento de promoção de política pública que visa trabalhar com as desigualdades de gênero. (SCHEYER; KUMSKOVA, 2019) Após, o artigo procederá com a apresentação de metodologia de análise de conteúdo escolhida, bem

como apresentação dos principais resultados encontrados a partir do estudo de caso proposto.

Por fim, conclui-se o trabalho situando dentro de uma proposta crítica avaliativa sobre o tema, indicando pontos que precisam ser levados em consideração em estudos futuros, principalmente no campo da comunicação política. Em resumo, o presente trabalho visa servir como um suporte para a realização de uma compreensão crítica de como o fenômeno de política externa feminista pode ser estudado junto aos estudos de comunicação, através do olhar de opinião pública, abordando o posicionamento de atores sociais na construção desse tipo de política pública. Espera-se prover um trabalho de cunho empírico, contribuindo para inserir o estudo da política externa no campo dos estudos sociopolíticos de comunicação, a partir da escolha metodológica proposta.

Justiça social e o feminismo para representação, redistribuição e reconhecimento

Entende-se neste trabalho o termo de justiça social a partir do desenvolvimento de autoras como Fraser (2011) que explicam o fenômeno através do campo da cultura política para expressar como as injustiças sociais devem ser compreendidas tanto no seu aspecto material quanto simbólico. Esse fenômeno pode ser materializado através do campo de reconhecimento e redistribuição que podemos perceber intrinsecamente relacionado ao campo da ciência política e relações internacionais nos dias de hoje, imersos em um contexto de economias neoliberais. Para a autora (2011), o atual modelo econômico vigente, propulsionou o desenvolvimento de condições estruturais complexas de desigualdade que, ao agregarmos o conceito de desigualdade de gênero, o tema de representação torna-se latente, para que sejam compreendidas a pluralidade de mulheres que são atingidas com a desigualdade, através de suas especificidades que podem incluir tanto marcadores de classe quanto étnicos, de gênero, e também sociais.

Tendo este ponto central como partida, começamos com o debate sobre reconhecimento, em que o principal expoente do campo foi Georg Wilhelm Friedrich Hegel que explicou como o fenômeno estava intrinsecamente ligado ao conflito de poder e interação humana através do que de dialéticas entre o senhor e escravo. (VOIROL, 2015) Para Hegel, segundo Voirol (2015) o homem busca sua liberdade, através de sua

consciência enquanto ser humano racional, contrapondo-se com a sua forma de alienação, que se configura como um estado oposto a esse de busca libertária. Essas premissas foram melhor desenvolvidas por Axel Honneth que formulou que o fenômeno do não reconhecimento como algo político não neutro pelo processo de Indiferença, Indivisibilidade, e Retificação atribuindo o tratamento do sujeito como um objeto ou coisa. (HABER, 2013) Segundo Haber (2013) esse fenômeno veio com a promoção do fenômeno do capitalismo junto ao desenvolvimento da divisão do trabalho, em que também foi-se possível perceber a emergência de pautas de estudos feministas. (BLANC, 2004; BROWN, 1983; LISTER, 2004)

Já pelo tema de redistribuição, Fraser (2011) aborda que com o avanço nos modelos socioeconômicos de Estados neoliberais estes conseguiram capturar pautas feministas interseccionais em seu benefício, de maneira a desenvolver uma cultura política enraizada em termos economicistas, andocentristas, estatistas, seguindo preceitos promulgados via acordo de Westphalia. Este modelo socioeconômico vigente segregou as dimensões econômicas, culturais, políticas de sujeitos já marginalizados, perpetuando uma glorificação da história colonial e passado imperialista que não permitiu que novas configurações de poder e conhecimento fossem construídas, contribuindo para a permanência e expropriação de certos sujeitos. (FRASER, 2011; KILOMBA, 2019)

Por dimensão economicistas, a autora (2011) pontua que ocorreu uma evolução de modelos de solidariedade, enraizados em modelos econômicos, afastando os aspectos de buscas culturais cada vez mais dos aspectos econômicos. Por androcentrismo entende-se que este se desenvolveu em decorrência da construção de modelos de controles de políticas estatais através de cálculos com base no serviço assalariado dos homens, reforçando a exclusão de trabalhos não remunerados as mulheres nos ambientes domésticos, as direcionando a uma esfera privada de não controle do ambiente público de sistemas sociais. (FRASER, 2011) Já, por estatismo, entende-se que o processo de aceleração do modelo de neoliberalismo empregado pós-guerra fria em diferentes Estados pelo mundo, contribuiu para a integração dos cidadãos como indicadores de funcionários e clientes das esferas públicas. (FRASER, 2011; KILOMBA, 2019) Por fim, como quarta dimensão, o modelo westfaliano que começou a se delinear na década de 1990, reduziu ainda mais o poder de negociação em nível de pautas de gênero a nível internacional,

inserindo-o para o controle de políticas internas estatais a necessidade e prerrogativas de implementação de políticas de igualdade de gênero.(ACHILLEOS-SARLL, 2018; FRASER, 2011)

Por último, com relação ao tema de representação Fraser (2011) trabalha que o fenômeno de justiça de gênero, precisa desenvolver através da representação política de mulheres, que inclua um feminismo que represente a todas, sem que se perpetuem padrões de reprodução de dominação e desigualdades com relação a outros grupos identitários. A autora (2011) desenvolve que sem representação interseccional, hoje o feminismo trabalha através de uma roupagem neoliberal universal, não sendo possível unir a luta de outras mulheres que sofrem com esse mesmo tipo de opressão em sua pauta de igualdade. Entende-se no presente trabalho que representação também se configura em um campo epistêmico em que este interfere na construção de políticas sociais, tanto em contextos de políticas internas, presentes dentro dos próprios Estados, quanto externas, através da promoção de relações diplomáticas entre os países.

Diante desse cenário, Aguiar (2020) aborda que o silenciamento das mulheres no campo das relações internacionais foram construídos sob fortes paradigmas e perspectivas dominantes de conhecimento masculinizado, branco, sob um viés europeu e binarizado. Esses paradigmas construíram dois níveis de poder político refletindo em problemas estruturais de representação de mulheres a partir da construção de discursos feministas universais, além de limitar a democracia participativa de mulheres nos ambientes governamentais dos Estados. (ROSS, 2019)

Atores sociais, opinião pública e sua potencialidade para políticas de igualdade.

Adentrando ao campo de política externa deste presente trabalho, temos autores como Morin (2013) que abordam que os atores sociais e sua opinião pública interferem diretamente na construção e formulação de políticas públicas, mais especificamente a partir do exemplo de política externa. O autor (2013) afirma que os interesses dos Estados de promoverem suas defesas em sistemas como o cenário de política externa vêm do resultado de preferência de seus atores sociais, através de dinâmicas sociais que tentam

influenciar esses sujeitos, por fluxos que se sobrepõem, mas formam o que investigadores políticos chamam de opinião pública.

A opinião pública, até a década de 1970, emergia de um preconceito acadêmico, que acreditava-se que para o caso de formulações de política externa, por exemplo, essa metodologia ilustrava opiniões inconscientes, voláteis e atrasariam decisões importantes de segurança e paz, por exemplo, no cenário internacional. (MORIN, 2013) De acordo com as teses dominantes na época, a opinião pública atrasaria desnecessariamente a intervenção dos governos profundamente imersos em resoluções de problemas dando voz aos cidadãos que eram mais preocupados com problemas imediatos, e cujas preferências muitas vezes são mais emocionais do que racionais. (MORIN, 2013, pp. 139) Mas quem seriam esses sujeitos emocionais e quais temas junto ao momento estavam sendo discutidos para que se contribuíssem com a estigmatização da pauta pública e silenciamento de escuta democrática? Sabemos por Fraser (2011) por exemplo, que na mesma época teve-se a eclosão de feministas de uma segunda onda que, apoiadas ainda em preceitos promulgados por ativistas e acadêmicas da primeira onda, promoveram um debate público mais amplo que denunciavam como as desigualdades de gênero perpassava por diferentes aspectos interseccionais de raça, classe e gênero por exemplo. Já autoras como Kilomba (2019), ao tratar o tema sobre exploração de sujeitos que foram colonizados dado ao processo de escravidão, remonta que a estratégia de legitimação de inferiorizar o conhecimento de sujeitos marginalizados, contribui para o seu silenciamento e não reconhecimento enquanto sujeitos, retirando sua subjetividade e colocando-o no campo de dominação em diferentes esferas.

Todavia, autores do campo político como Gabriel Almond, por exemplo, permitiu entender que a opinião pública, por exemplo, também era um instrumento de elucidação de classes. (MORIN, 2013) Para Almond, segundo Morin (2013) a opinião pública, que em grande parte representava grandes grupos populacionais, não faziam parte da elite que controlavam as políticas públicas dos Estados. Após, demais autores como Robert Shapiro e Benjamin Page (1998) promoveram estudos que trouxeram como os elementos de opinião pública traziam elementos racionais, quebrando o argumento de pensadores anteriores, avançando na pesquisa do campo político as contribuições destes estudos. Tomando esse cenário como norte, a presente pesquisa visa analisar o estudo de caso de

política externa feminista, implementado a partir dos anos de 2014 por países como Suécia, Canadá e México, para identificar o que os atores sociais, por meio de suas opiniões públicas expressam seus entendimentos e identificações sobre o fenômeno. Busca-se a partir dessa análise, identificar temas pertinentes expostos no que diz a representação, redistribuição e reconhecimento, para compreender até que ponto essa política pública é um avanço para a justiça de gênero na busca de acesso material e simbólico a sujeitos que sofrem com esse tipo de opressão.

O caso de política externa feminista para promoção de igualdade de gênero

Em 2014, o governo da Suécia foi o primeiro Estado a lançar um redesenho de sua política externa, centrando seus objetivos através de uma perspectiva de gênero, o denominando de modelo de política externa feminista. (GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN, 2014) Essa ação política, segundo agenda do governo (2014) tem como premissa o fortalecimento dos direitos, a representação e o aumento dos recursos de todas as mulheres e meninas, com base em suas realidades e na redução das disparidades sociais que enfrentam no mundo. Após, países como Canadá, México, Noruega e Espanha aderiram a este tipo de agenda e Estados como França, Luxemburgo e Reino Unido anunciaram também a sua intenção de adotar este tipo de política pública. (SCHEYER; KUMSKOVA, 2019) Entende-se por este presente trabalho o que Scheyer, V., Kumskova, M. (2019) abordam que a política externa feminista é um tipo de política que implementa o conceito de igualdade de gênero dentro das estruturas e sistemas políticos de governança, incluindo todos os indivíduos que constituem as sociedades.

Para as autoras (2019), para que isso seja possível, é necessário que se incluam compromissos de políticas interseccionais e de inclusão, promova segurança de identidades individuais em torno do bem-estar; inclusão da sociedade civil; solidariedade internacional e construção de comunidades baseadas na empatia e inclusão entre os Estados e sua relação com a política interna nacional. Mas quais são os discursos que podemos identificar sobre este assunto, para se trabalhar com esse tipo de política pública? Esses discursos estão valorizando sujeitos interseccionais, auxiliando no rompimento de discursos dominantes de gênero ou colaborando com narrativas universalistas do campo?

Com vistas a tentativa de respostas a essas perguntas, junto ao trabalho dos autores citados anteriormente, o trabalho fará uma análise de conteúdo a partir de revisão teórica de lista de leitura disponível pelo Center for Feminist Foreign Policy (CFFP), *Think Thank* atualmente referência até o momento para o trabalho sobre este assunto. Com base em sua última publicação disponível foi possível identificar cerca de 96 obras³ debatendo sobre o assunto, em que segmentou-se para esta presente pesquisa 53 artigos de opinião encontrados, em que serão expostas na seguinte seção.

Metodologia de coleta e análise proposta

Para a realização a revisão de literatura proposta, o estudo caso em questão utilizará-se a técnica de análise de conteúdo, para identificar os principais termos e relações que vem sendo discutidos nos textos de opinião sobre o tema de política externa feminista. De acordo com o CFFP suas listas de leitura são compiladas através do mapeamento dos consultores que trabalham na ONG, bem como de contribuições e recebimento de materiais de pesquisadoras e profissionais que trabalham com o tema expressos no caso de política externa feminista. O método de análise de conteúdo, de acordo com Hardy, Harley e Phillips (2004) é uma abordagem de avaliação de dados textuais que possibilita a verificação de hipóteses e descobrimento de conteúdos que estão presentes em documentos, sob a forma de organização, codificação e categorização destas informações. No presente trabalho, utilizou-se documento de fornecido como lista de leitura fornecida pelo CFFP em dezembro de 2020, concentrando 96 obras que abordam o tema de política externa feminista.

A partir dessa lista, foi possível organizar os artigos e conteúdos de referência em três tipos de documento, separando-os em categorias de artigos científicos, artigos de opinião e manuais. Desta organização, foram encontrados os seguintes resultados: i) 53 artigos de opinião sobre o assunto, sendo publicados em jornais de ampla circulação e acesso aberto; ii) 35 artigos científicos, e iii) 10 manuais sobre o assunto. Após,

³ A lista completa pode ser conferida em <https://static1.squarespace.com/static/57cd7cd9d482e9784e4ccc34/t/5f0b6fc75f5e5048577fe98/1607513858720/The+Feminist+Foreign+Policy+Reading+List+-+2020.pdf>

identificou-se as obras da primeira categoria, identificando-as que estas foram escritas no período de 2009 a 2021, podendo ser identificado 71 temas abordados por ativistas, pesquisadoras e interessados no assunto. (Anexo 01) Os resultados sobre os temas escolhidos poderão ser identificados em sessão de discussões e principais resultados abaixo.

Discussões e resultados

Primeiramente, em termos gerais, identificamos que neste corpus de revisão literária os artigos de opinião compõem o maior número de publicações, correspondendo a 55,20 % (53 obras) do total. Acredita-se que isso demonstra, de alguma maneira, o interesse em colaborar e discutir sobre o fenômeno da política externa feminista e como o mesmo vem sendo repercutido em suas ações. Além disso, não foi possível identificar alguma autora de referência, ou com um grande número de publicações, mas sim os artigos de opinião possuem grande número de acadêmicas e ativistas mobilizadas pela discussão⁴.

Após, segregando os textos de opinião pública, foi possível identificar 71 temas que mais foram abordados nesse tipo de documento, sendo esses 09 que foram citados em maior ou igual ao número de 5 publicações⁵. Os principais temas abordados nos artigos foram os seguintes: i) Estudos críticos (14 citações); ii) Segurança (11 citações); iii) Estudo de caso da Suécia (11 citações); iv) Comunicação política (08 citações); v) Abordagens positivistas (08 citações); vi) Estudo de caso dos EUA (07 citações); vii) Estudo de caso do Canadá (07 citações); viii) Direitos Humanos (06 citações); e ix) Estudos sobre a ministra Margot Wallström (05 citações). Como principais inferências a partir destas informações iniciais, temos que, primeiramente, o grande número de temas que os artigos de opinião abordam demonstra que os modelos de política externa fazem parte de um campo multidisciplinar, que precisa ser analisado e estudado a partir de

⁴ Em estudos anteriores, foi possível identificar, nas 96 obras da lista de leitura completa, somente 07 autoras com mais de uma publicação escrita nessa lista. No entanto, neste grupo, após procurar sobre seus trabalhos principais dos autores, verificou-se que a o tema de política externa não são suas agendas principais de pesquisa, nem dedicam-se exclusivamente ao assunto.

⁵ Para a codificação dos temas, foram utilizadas as leituras dos títulos, bem como conferidos os resumos de cada artigo, sendo feito, em um segundo momento uma revisão a partir da leitura completa desses documentos. Entende-se o número maior de temas (71) se comparado aos textos de opinião (53) dado a complexidade e interdisciplinaridade de assuntos para abordar o mesmo tipo de fenômeno.

diferentes perspectivas. Ainda, parte dos 71 temas codificados (anexo 01) encontra-se relacionados com dois ou mais temas, em que neste trabalho, priorizou-se a análise dos principais.

Primeiramente, tendo como principal assunto os temas de estudos críticos, comparados com assuntos mais clássicos de debate no campo da política externa como segurança, este nos permite inferir uma diferenciação e busca dos atores sociais que estão imersos no assunto a contribuir com o campo e trazerem suas percepções a respeito do tema. No entanto, ao compreender mais profundamente o conteúdo desses estudos, percebeu-se que as 11 citações sobre o tema de segurança encontram-se alinhadas aos estudos críticos, somando sua abordagem com os temas de violência e direitos humanos. Das 14 citações identificadas como estudos críticos, 07 relacionam-se diretamente com o tema de armas nucleares (AZIZ, 2017 ; BARRY, 2017 ; CONWAY, 2019 ; CONWAY e HERTEN-CRABB, 2019 ; MITTELHAMMER e ADEBAHR, 2020 ; STANSELL, 2009 ; ZAKARIA, 2017), 11 ao de segurança (AZIZ, 2017 ; BARRY, 2017 ; CONWAY, 2019 ; CONWAY e HERTEN-CRABB, 2019 ; IRSTEN, 2019 ; LUNZ e BERNARDING, 2020 ; MACCORMAIC, 2017 ; MITTELHAMMER e ADEBAHR, 2020 ; STANSELL, 2009 ; THOMPSON e ASQUITH, 2018 ; ZAKARIA, 2017) e 01 relaciona-se sobre como a tecnologia avança para promoção de robôs que podem contribuir para o avanço da insegurança no entorno de regiões afetadas por conflitos atuais (HUNT, 2020). Somados aos estudos críticos, temos somente 03 obras que abordam como a perspectiva de política externa precisa ser lida e trabalhada com o apoio de sujeitos que se encontram à margem e são marginalizados pelos atuais modelos de sociedade, para que esse tipo de política seja mais igualitária. Por fim, como um elemento importante para os estudos críticos, percebe-se também a análise de figuras importantes e encontros que houveram no meio do percurso, demonstrando a importância das figuras de representação política para a promoção desse tipo de política.

A partir da relação dos dois principais temas que são os estudos críticos e de segurança percebe-se a constante preocupação da opinião pública em retratar os malefícios que os atuais modelos de segurança atuais vem contribuindo no cenário de injustiças de gênero. Um exemplo que ilustra o que vem sendo abordado pelas feministas detectadas nesse corpus literário, foi a confirmação de informações coletadas por

relatórios como o da Oxfam Canadá (OXFAM CANADA, 2018), por exemplo que cerca de 70% das mulheres e meninas que vivem em zonas de situação de conflito sofrem ou passam por alguma forma de violência. Ainda, o tema da segurança muitas vezes mascara os principais desafios da manutenção de zonas de paz, em que é necessário discuti-los com abordagens integrativas ao desenvolvimento para combater este tipo de problema global. (AGGESTAM; BERGMAN-ROSAMOND, 2016; AZIZ, 2017; RHODES; WRIGHT; PULLEN, 2018)

Seguindo a análise, como terceiro ponto observado, agrega-se os temas de estudo de caso da Suécia, abordagens positivistas e estudo de caso do Canadá. Autoras como (THOMPSON et al., 2020) que preocuparam-se em descrever artigos de opinião sobre os estudos de caso da Suécia e do Canadá, demonstrando principalmente o avanço que esse tipo de proposta de política pública propõem. Estudos como Arden (2018) e Bryce (2017) buscaram salientar os principais pontos fortes desse tipo de política pública, como a readequação no tratamento de mulheres, relacionando-as com as especificidades das políticas que os governos implementaram até o presente momento. Todavia, estudos como Crouch (2017) e MacCormaic (2017), pontuaram a importância de detectar esses estudos de caso de maneiras integrativas, compreendendo o papel desses Estados implementadores de política externa feminista no cenário internacional.

Como quarto ponto observado, no que diz respeito às considerações gerais sobre o assunto, verificou-se a importância do campo da comunicação política para estudos de caso como o do presente trabalho. Foi possível detectar 08 artigos de opinião que, de alguma forma utilizaram-se das argumentações de discurso político e potência da retórica de representantes, para a implementação de políticas públicas mais inclusivas. (BARRY, 2017; CLAESSION, 2017; FARLEY, 2019a, 2019b; FIHN, 2018; PRASAD, 2018; ROTHSCHILD, 2018; THORNBERRY, 2017; VAN DEN HEUVEL, 2018) Isso foi possível ser verificado também em 11 artigos científicos disponíveis pela lista de leitura completa das 96 obras, que utilizaram dos mesmos recursos do campo da comunicação para ajudar a compreender melhor o fenômeno da política externa feminista.

Seguindo, como quinto ponto analisado verificou-se a preocupação da pontuação da opinião pública que analisou o campo de política externa feminista, até o momento com os aspectos de direitos humanos. Temas como casamento infantil (STANSELL, 2009), políticas de saúde (IRSTEN, 2019) e apoio a grupos minoritários (IRSTEN, 2019 ; LUNZ, BERNARDING, 2019) foram encontradas trazendo as especificidades latentes do tema em questão para o tratamento de desigualdade de gênero. Como sexto elemento, um outro aspecto importante identificado nos conteúdos dos artigos de opinião sobre política externa feminista, abordam a importância que a figura da ministra da suécia Margot Wollstrom tem para o cenário internacional. Verifica-se, nesse presente ponto, a importância de analisar, em estudos futuros, o tema de atores sociais pela representação política e verificar os níveis de poder político presentes a partir da construção de discursos feministas e também da representação de mulheres em ambientes governamentais, pontuados na seção de revisão teórica como elementos para a promoção de políticas para a igualdade de gênero.

Por fim, como último elemento a ser identificado nos principais temas diagnosticados nessa pesquisa, temos a preocupação do campo da política externa feminista, com o diálogo junto a economias oriundas de Estados como os Estados Unidos. Percebeu-se, por meio da análise de conteúdo do presente tema que, mesmo os EUA não sendo um país que implementou em seu governo uma agenda de política externa feminista, este se relaciona diretamente com a parceria entre outras nações. (AHN *et all.*, 2020 ; CONWAY, 2019 ; LUNZ e BERNARDING, 2019)

Considerações finais

O presente artigo em questão propôs realizar um análise de conteúdo de artigos de opinião pública sobre o tema de política externa feminista, para identificar quais aspectos de estão sendo levados em consideração, no que diz respeito ao entendimento do fenômeno estudado. Para isso, o artigo utilizou-se dos referenciais teóricos do campo de estudos sociopolíticos através dos estudos culturais sobre justiça social e como o tema de opinião pública contextualiza-se no trabalho de análise de política externa. Após, apresentou-se sucintamente o que vem a ser o fenômeno de política externa feminista,

bem como a revisão de literatura proposta pelo CFFP, em que se foi possível identificar 53 artigos de opinião sobre o assunto.

Verificou-se, em linhas gerais, que o campo encontra-se em construção sob diferentes temas interrelacionados e trabalhados concomitantemente. Isso pode ser considerado como um dos principais avanços da agenda já que identificou-se o quanto o tema de política externa feminista se interrelaciona com diferentes assuntos, chegando nesse trabalho na identificação de 71 temas possíveis de interpretação do fenômeno. Foi possível identificar que, por ser um campo novo de estudos, este ainda encontra-se com um número grande de acadêmicos e ativistas relatando sobre o tema, sem ser possível verificar autores principais para a discussão do fenômeno. Além disso, constatou-se que o estudo de caso sobre política externa feminista segue tendo uma maior abordagem sobre temas comuns no campo de política externa, mas também, no caso dos artigos de opinião, busca-se analisar esses temas de maneira crítica e inseri-los, muitas vezes, a partir da leitura de estudo de caso dos países em questão. Um último aspecto que cabe a ser citado, foi a identificação da potencialidade de representação política que líderes como a ministra da Suécia Margot Walstrom representa para esse tipo de política pública, sendo necessários, em outros momentos, poder ser possível a realização de estudos futuros sobre essa figura política.

Pela natureza e limites do trabalho, buscou-se afirmar a necessidade do desenvolvimento de estudos de comunicação política que expliquem esse tipo de política pública a partir dos sujeitos que participam do fenômeno. Todavia, no que diz respeito à identificação de uma abordagem interseccional, que abarcasse diferentes vozes de sujeitos que podem ser os beneficiários desse tipo de política pública, o presente trabalho não conseguiu detectar um avanço, sendo possível realizar menções de maneira ampla, a partir do estudo de caso. Estima-se a necessidade de compreender melhor quem foram os sujeitos que abordaram esses assuntos e que outras vozes podem estar sendo abordadas pela literatura que não foi incluída na lista de leituras proposta pelo CFFP. Com isso, espera-se que o presente trabalho possa contribuir para lançar luz sobre o que já vem sendo feito de promoção desse campo de estudos feministas, reforçando a necessidade de entender o fenômeno de forma sistêmica e integrada, aliando-o o campo de comunicação política como forma de desenvolvimento e contribuição para este tema.

Referências

- ACHILLEOS-SARLL, Columba. Reconceptualising Foreign Policy as Gendered, Sexualised and Racialised: Towards a Postcolonial Feminist Foreign Policy (Analysis). **Journal of International Women's Studies**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 17, 2018.
- AGGESTAM, Karin; BERGMAN-ROSAMOND, Annika. Swedish Feminist Foreign Policy in the Making: Ethics, Politics, and Gender. **Ethics & International Affairs**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 323–334, 2016. DOI: 10.1017/S0892679416000241.
- AGUIAR, Bruna Soares. Política externa mexicana: Há espaço para o paradigma feminista na gestão da agenda migratória com os EUA? **Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais**, NUPRI Working Paper. [S. l.], NUPRI Working Paper, p. 12, 2020.
- AHN, Christine; SUSSKIND, Yifat; WIESNER, Cindy. **Biden Should Embrace an Anti-Imperialist Feminist Foreign Policy to Heal Wounds Abroad—and at Home Common Dreams**, 2020. Disponível em: <https://www.commondreams.org/views/2020/11/17/biden-should-embrace-anti-imperialist-feminist-foreign-policy-heal-wounds-abroad>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- ARDEN, Jacinda. 10 reasons why we need feminist foreign policy. **Open Canada**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://opencanada.org/10-reasons-why-we-need-feminist-foreign-policy/>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminism for the 99 Percent: A Manifesto**. London: Verso, 2019.
- AZIZ, Shaista. A feminist foreign policy. **Fabian Society**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://fabians.org.uk/a-feminist-foreign-policy>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- BARRY, Ellen. Sweden's Proponent of 'Feminist Foreign Policy,' Shaped by Abuse. **The New York Times**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/11/17/world/europe/margot-wallstrom-sweden.html>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- BLANC, Olivier. Marie-Olympe de Gouges, une humaniste à la fin du XVIIIe siècle. **Annales historiques de la Révolution française**, [S. l.], n. 337, p. 216, 2004. DOI: 10.4000/ahrf.1560.
- BROWN, Ira V. "AM I NOT A WOMAN AND A SISTER?" THE ANTI-SLAVERY CONVENTION OF AMERICAN WOMEN, 1837–1839. **Pennsylvania History: A Journal of Mid-Atlantic Studies**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 1–19, 1983.
- BRYCE, Hannah. For the UK, a Feminist Foreign Policy Is Both the Right Thing to Do and Smart Strategy. **Chatham House**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2017/08/uk-feminist-foreign-policy-both-right-thing-do-and-smart-strategy>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- CLAESSON, Annina. Hiding Behind The F-Word: The Failures Of Sweden's Feminist Foreign Policy. **Centre for feminist foreign policy**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/journal/2017/8/21/hiding-behind-the-f-word-the-failures-o-f-swedens-feminist-foreign-policy>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- CONWAY, Marissa. A Feminist Nuclear Policy: a new vision for US nuclear policy. **Ploughshares Fund**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ploughshares.org/issues-analysis/article/feminist-nuclear-policy>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- CONWAY, Marissa; HERTEN-CRABB, Asha. Security Council Weapons of Mass Destruction and Feminist Foreign Policy. **Turkish Policy Quarterly**, [S. l.], p. 97–105, 2019.
- CROUCH, David. Is Sweden's feminist agenda working? **BBC News**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-39004991>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- FARLEY, Alex. **Refugee Legislation in South Africa: A Feminist Foreign Policy Analysis - Part 1** Centre For Feminist Foreign Policy, 2019. a. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/journal/2019/6/3/refugee-legislation-in-south-africa-a-feminist-foreign-policy-analysis-part-1>. Acesso em: 19 ago. 2021.

- FARLEY, Alex. **Refugee Legislation in South Africa: A Feminist Foreign Policy Analysis - Part 2** *Centre For Feminist Foreign Policy*, 2019. b. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/journal/2019/6/3/refugee-legislation-in-south-africa-a-feminist-foreign-policy-analysis-part-2>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- FIHN, Beatrice. **Canada’S Feminist Foreign Policy Cannot Include Nuclear Weapons** *The Globe And Mail*, 2018. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/opinion/article-canadas-feminist-foreign-policy-cannot-includenuclear-weapons/>.
- FRASER, Nancy. Justice sociale, redistribution et reconnaissance. *Revue du MAUSS*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 152–164, 2004. DOI: 10.3917/rdm.023.0152.
- FRASER, Nancy. Féminisme, capitalisme et ruses de l’histoire. *Cahier du Genre*, [S. l.], v. 1, n. 50, p. 165–192, 2011.
- GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN. **Handbook Sweden’s feminist foreign policy**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.government.se/reports/2018/08/handbook-swedens-feminist-foreign-policy/>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- HABER, Stéphane. Honneth : Une interprétation critique du capitalisme contemporain. In: **Penser le néocapitalisme. Vie, Capital et Aliénation**. Paris: Les prairies ordinaires, 2013. p. 181–212. . Acesso em: 20 fev. 2021.
- HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson; HARLEY, Bill. Discourse Analysis And Content Analysis: Two Solitudes? [S. l.], 2004. DOI: 10.5281/ZENODO.998649. Disponível em: <https://zenodo.org/record/998649>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- HUNT, Erin. Killer Robots, Feminism... And A Feminist Foreign Policy? *Medium*, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://medium.com/@stopkillerrobots/killer-robots-feminism-and-a-feminist-foreign-policy-d55309c60fae>. Acesso em: 3 dez. 2021.
- IRSTEN, Gabriella. How Feminist is the Swedish Feminist Foreign Policy? *Centre for feminist foreign policy*, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/journal/2019/11/11/how-feminist-is-the-swedish-feminist-foreign-policy>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano (Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism)**. 1.ed 2008 ed. [s.l.: s.n.]. . Acesso em: 27 nov. 2020.
- LISTER, Andrew. MARRIAGE AND MISOGYNY: THE PLACE OF MARY ASTELL IN THE HISTORY OF POLITICAL THOUGHT. *History of Political Thought*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 44–72, 2004.
- LUNZ, Kristina; BERNARDING, Nina. Feminist foreign policy - imperative for a more secure and just world. *CFFP*, [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.boell.de/en/2019/01/30/feminist-foreign-policy-imperative-more-secure-and-just-world?dimension1=ds_femaupo. Acesso em: 18 fev. 2021.
- LUNZ, Kristina; BERNARDING, Nina. Feminist Foreign Policy Responses to COVID. *Centre for feminist foreign policy*, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://centreforfeministforeignpolicy.org/policy-brief-a-feminist-foreign-policy-response-to-covid19>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MACCORMAIC, Ruadhán. The case for a feminist foreign policy. *The Irish Times*, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.irishtimes.com/opinion/the-case-for-a-feminist-foreign-policy-1.3183835>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MITTELHAMMER, Barbara; ADEBAHR, Cornelius. A Feminist Foreign Policy to Deal with Iran? Assessing the EU’s Options. *Carnegie Europe*, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://carnegieeurope.eu/2020/11/23/feminist-foreign-policy-to-deal-with-iran-assessing-eu-s-options-pub-83251>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- MORIN, Jean-Frédéric. **La politique étrangère: théories, méthodes et références**. Paris: Colin, 2013.
- OXFAM CANADA. **A Feminist Approach To Localization: How Canada Can Support The Leadership Of Women’s Rights Actors In Humanitarian Action**. Ottawa, Canada: Oxfam Canada, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.ca/wp-content/uploads/2018/06/a-feminist-approach-to-localization.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

-
- PRASAD, Sandeep. **Is This Really What A Feminist Government Looks Like?** 2018. Disponível em: https://www.huffingtonpost.ca/sandeep-prasad/canadian-government-feminist-policies_a_23374762/. Acesso em: 19 ago. 2021.
- RHODES, Carl; WRIGHT, Christopher; PULLEN, Alison. Changing the World? The Politics of Activism and Impact in the Neoliberal University. **Organization**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 139–147, 2018. DOI: 10.1177/1350508417726546.
- ROSS, Freya Johnson. Professional feminists: Challenging local government inside out. **Gender, Work & Organization**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 520–540, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12271>.
- ROTHSCHILD, Nathalie. **Four Years On, Sweden Remains Committed To Its Feminist Foreign Policy** OpenCanada, 2018. Disponível em: <https://www.opencanada.org/features/four-years-sweden-remains-committed-its-feminist-foreignpolicy/>.
- SCHEYER, Victoria; KUMSKOVA, Marina. Feminist foreign policy: a fine line between “adding women” and pursuing a feminist agenda. **Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 72, n. 2, p. 57–76, 2019.
- STANSELL, Christine. The War on Women: Establishing a Feminist Foreign Policy. **Dissent Magazine**, [S. l.], 2009. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/the-war-on-women-establishing-a-feminist-foreign-policy. Acesso em: 18 fev. 2021.
- THOMPSON, L.; PATEL, G.; KRIPKE, G.; O’DONNELL, M. **Coalition for a Feminist Foreign Policy in the United States**. Washington. Disponível em: <https://www.icrw.org/publications/toward-a-feminist-foreign-policy-in-the-united-states/>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- THOMPSON, Lyric; ASQUITH, Christina. One Small Step for Feminist Foreign Policy. **Foreign Policy**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/09/20/one-small-step-for-feminist-foreign-policy-women-canada/>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- THORNBERRY, Emily. What would a feminist foreign policy look like? **New Statesman**, United Kingdom, 2017. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/politics/staggers/2017/03/what-would-feminist-foreign-policy-look>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- VAN DEN HEUVEL, Katrina. **Trump’s machismo vs. Sweden’s ‘feminist foreign policy’**. 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/trumps-machismo-vs-swedens-feminist-foreign-policy/2017/02/27/3f707478-fd2d-11e6-8ebe-6e0dbe4f2bca_story.html?noredirect=on&utm_term=.21c71c611f3a. Acesso em: 19 ago. 2021.
- VOIROL, Olivier. Une critique immanente de la communication sociale: Sur quelques potentiels de l’approche honnéthienne. **Réseaux**, [S. l.], v. n° 193, n. 5, p. 43–77, 2015. DOI: 10.3917/res.193.0043.
- ZAKARIA, Rafia. Canada’s hypocritical ‘feminist’ foreign policy. **Aljazeera**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2017/11/3/canadas-hypocritical-feminist-foreign-policy>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Anexo 01 - codificação de temas encontrados em artigos de opinião sobre Política externa feminista

Temas citados em revisão de artigos de opinião (2009-2020)			
Tópicos	Qtd. citadas	Tópicos	Qtd. citadas
Estudos críticos	14	Austrália	1
Segurança	11	Conselho de segurança da ONU	1
Suécia	11	FP	1
Discurso / retórica	8	Andocentrismo	1
Positivismo	8	Emma Watson	1
EUA	7	Digital	1
Canada	6	Racismo	1
Rights	6	Direitos da mulher	1
Margot W.	5	tráfico humano	1
UK	4	prostituição	1
Minorias	4	África do sul	1
Paz	4	Hillary Clinton	1
Armas	4	Interseccionalidade	1
Aspectos econômicos	4	Marie Claude	1
Feminismo liberal/mainstream	4	Pobreza	1
PE + PI	3	Saúde	1
Decolonial	3	Maternidade	1
EU	3	Contraceptivo	1
Ético	3	Myanmar	1
Gênero	3	Índia	1
França	3	Covid	1
migração e refúgio	3	mercado financeiro	1
Diplomacia	3	Congo	1
México	3	Pequim	1
G7	3	Canadá vs. Suécia	1
Violência Física e sexual	3	Marrocos	1
aborto	2	Nova Zelândia	1
Política interna	2	Nigéria	1
Poverty	2	Argentina	1
Arábia Saudita	2	Ministras mulheres	1
Liderança	1	NAFTA	1
Iran	1	Simbólico	1
Stefan Löfven	1	Luxemburgo	1
Poder	1	Reunião MTL	1
Dinamarca	1	UNU	1
Cultura	1	Total tópicos	71

Fonte: elaborado pela autora, retirado de lista de leitura do CFFP (2020)